

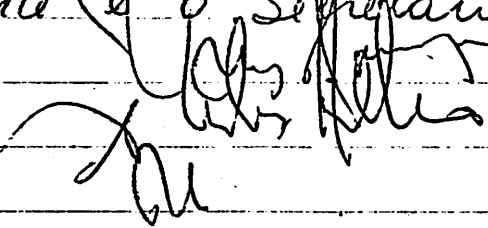
Ata da reunião da Comissão Executiva Nacional do Movimento Democrático Brasileiro, realizada em vinte de março de 1945.

Nos vinte dias do mês de março de mil novecentos e setenta e cinco, às onze horas da manhã, no Gabinete da Presidência, reuniu-se a Comissão Executiva Nacional do Movimento Democrático Brasileiro, presentes os seguintes membros e suplentes: senhores Wlysses Guimarães - Presidente, thales Ramalho - Secretário - Geral, Anapolino Faria, Ney Ferreira, Taceredo Neves, herte Vieira, João Menezes, José Mandelli Filho, Joel Ferreira, Luis Theodoro, Pinicius Lousanezo, Adalberto Camargo, Ruy Carneiro, Aldo Fagundes, Henrique Alves, Franco Monteiro e Argilano Dario. Abriu-se os trabalhos, o Senhor Presidente esclarece que a presente reunião se destina a apreciação das contas do Partido que deverão ser encaminhadas ao Tribunal de Contas da União e ao Tribunal Superior Eleitoral, além de outros assuntos constantes da pauta. Passando a palavra ao Senhor Luis Theodoro, que encaminha ao exame e aprovação da Comissão Executiva as contas do Partido constantes de dois Balanços, sendo o primeiro referente ao Fundo Partidário e o segundo proveniente de outras fontes, os quais se constituem no Balanço Geral, informando que as mencionadas contas já se acham aprovadas pelo Conselho Fiscal Nacional do Partido. Colocado o tema em debate foram as contas aprovadas por unanimidade. Prosseguindo, o Senhor Luis Theodoro encarece da me-

ecessidade de mais dois funcionários, tendo em vista o acúmulo de serviço, notadamente durante esse período de prestação de contas e solicita ainda que seja pago um "pro labore", no valor de R\$ 1.000,00 (um mil cruzeiros) a Sra. Marlene de Souza Vieira - Assessora do Tribunal de Contas da União, colocada para orientar os Partidos na elaboração das prestações de contas, em igualdade com o que a Freza vem contribuindo. O assunto colocado em debate foi aprovado inicialmente o referido "pro labore". Quanto aos funcionários pretendidos, o assunto ficou de ser resolvido pelo líder Haste Vieira junto ao Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, sendo que se não for aumentada a disponibilidade do líder em atribuir gratificação aos funcionários postos à disposição da Secretaria, o Partido o fará, em igualdade de condições com os que a recebem. Houve aprovação unânime. Prosseguindo, o Senhor Presidente dá conhecimento de um ofício encaminhado pelo Senhor Hysameas Maciel, onde o General Pedro Celestino da Silva Pereira denuncia prisões e torturas contra seu filho, ocorridas no DOPS do Rio de Janeiro, informando que determinara sua leitura pelos líderes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, o que foi feito. O Senhor Presidente esclarece o ingente trabalho desenvolvido pela Comissão Executiva Nacional junto aos Diretórios Regionais e Municipais, para prestação das contas partidárias dentro do prazo que termina a 31 de março, alertando para as sanções cabíveis. Com a palavra o Senhor Aldo Faqundes que apresenta, como contribuição à campanha de novos eleitores, um cartaz mandado com.

feccionar pela Direção Regional do Rio Grande do Sul, sugerindo que, ante o caráter nacional da campanha, fosse essa confecção custeada pelo Diretório Nacional. O Senhor Presidente acha a iniciativa excelente, entretanto, encaminha o assunto à Tesouraria para verificar a disponibilidade financeira e posterior exame da Comissão Executiva. Em continuidade, o Senhor Aldo Fagundes traz reivindicação do Setor Jovens do MDB do Rio Grande do Sul, que pretende realizar uma concentração programada para o mês de julho, postulando, para isso, auxílio financeiro da Direção Nacional. O Senhor Presidente encaminha a sugestão à Tesouraria e quanto à data para verificar a sua viabilidade naquele mês, visto que há coincidência de época com a realização das Convenções Municipais. O Senhor Presidente dá conhecimento a todos da elaboração de um Manual de Organização dos Diretórios Municipais, informando que o mesmo se acha concluído, aguardando apenas sua impressão. Solicita, na ocasião, que a Tesouraria entre em entendimentos com a liderança do Senado Federal para sua confecção pelos Serviços Gráficos daquela Casa. Fica aprovada a despesa com a urgente confecção do referido Manual. O Senhor Presidente encaminha à Tesouraria fatura no valor de Cr\$ 13.134,00, correspondente à confecção de dez mil estatutos partidários, os quais foram feitos através da liderança do Senado Federal. A Comissão Executiva aprovou a referida despesa. Com a palavra o Senhor haerte Velina, que externaliza as dificuldades a serem transpostas, objetivando uma unidade de ação de todo o partido em

torno dos temas nacionais por ele defendido, no  
tadamente referente a apresentação de emendas ou  
reformas da Constituição e criações de C.P.I., sugere-  
rindo, para melhor aproveitamento das ideias e  
sua realização, a organização de uma comissão  
especial que tratará da matéria. A Comissão  
Executiva, após ouvir a sugestão, decidiu criar  
uma Comissão Especial composta de cinco mem-  
bros dela participando os líderes da Câmara dos  
Deputados e do Senado Federal, sob a presidência  
do Presidente do Partido, que designará os de-  
mais membros. A orientação do Partido é que  
não haja prorrogação de mandatos, nem transfe-  
rência ou mandatos tampões. Nada mais ha-  
vendo a tratar, foi encerrada a reunião. E, pa-  
ra constar, foi lavrada a presente ata que assi-  
nam o Presidente e o Secretário - Geral.

  
ou



Acta da reunião da Comissão Executiva Nacional do Movimento Democrático Brasileiro, realizada em 22 de abril de 1975.

Nos vinte e dois dias do mês de abril de mil novecentos e setenta e cinco, às onze horas da manhã, no Gabinete da Presidência do Partido, reuniu-se a Comissão Executiva Nacional do Movimento Democrático Brasileiro, presentes os senhores: Wlysses Guimarães - Presidente; Chales Ramalho - Secretário - Geral; José Mandelli Filho, Joel Ferreira, Aldo Fagundes, Larte Vieira, Durvalino Faria, Ruy Carneiro e Alberto Zaire - líder da Assembleia Legislativa do Estado do Acre. Havendo mimero legal, o Senhor Presidente inicia os trabalhos, esclarecendo que os motivos da reunião se prendem à intervenção federal, por parte do Presidente da República no Estado do Acre, com aplicação do AI-5, tendo em vista impasse criado com a rejeição, pela Assembleia Legislativa daquele Estado, de nomes indicados pelo Governador Geraldo Mesquita. Com a palavra o Senhor Alberto Zaire que fez um relato dos acontecimentos ocorridos e os motivos da não aceitação dos nomes dos Senhores Joaquim Macedo e Adauto Frote Brito, pela Assembleia Legislativa. Utilizando-se de uma gravação do discurso do atual Governador durante a campanha eleitoral, deu claro o radicalismo do Senhor Geraldo Mesquita. Analisando os dois indicados, o Senhor Alberto Zaire, diz ser o primeiro - Senhor Joaquim Macedo, um homem

de bem, mas com sérios compromissos assumidos durante a campanha e não possuindo qualquer experiência como administrador. Quanto ao segundo - Senhor Adauto Frota Brito, embora sendo um bom administrador durante sua gestão na Prefeitura no Governo Jorge Kalume, era considerado arbitrário e prepotente. Diz mais que os dois partidos sempre se entenderam perfeitamente na Assembleia Legislativa. Frisar, ainda, que o Senhor Geraldo Mesquita submeteu aqueles nomes, sabendo, ante tudo, que seriam rejeitados, pois pretendia encerrar um terceiro nome que seria o de sua preferência. Após os esclarecimentos prestados, o Senhor Presidente lamentou que tais fatos não fossem, em tempo hábil, levados ao conhecimento da Direção Nacional do Partido. Em vista dos graves acontecimentos e manifestando seu repúdio à Comissão Executiva Nacional, resolveu expedir a seguinte nota: "O Movimento Democrático Brasileiro compareceu perante a Nação para condenar a Intervenção Federal no Município de Rio Branco, capitão do here. A medida, expressão de força e não de lei, é reprovável, injusta e desnecessária, acarretando ao País inaceitável retrocesso na evolução política rumo ao Estado de Direito. Na teoria e na prática do Direito Constitucional, no Brasil ou nas Nações Federativas, o dever é de não intervir, a não ser em consequência de determinantes que atuem de forma inercial. Os textos Magnos, desde o de 1892, inclusive a Carta outorgada de 1969 (Art. 10), uniformemente enfatizam, como regra que envolve o compromisso de salvaguarda da Federação, que a UNIÃO NÃO INTERVIRÁ DOS ESTADOS", especificando res-

trutivo e taxativamente as exceções, condicionadas a cautelas, prazos, amplitude, requisitos de exceção e terminando por submeter o remedio extrinseco "DENTRO DE CINCO DIAS," ao controle do Congresso Nacional, que o aprovará ou rejeitará (Art. 12). O Pacto Supremo recomenda a "NÃO NOMEAÇÃO DO INVENTOR, através de cláusula facultativa." SE CONBER," no enunciado literal de seu Art. 12. O objetivo iterativamente perseguido é retirar a intromissão critica e arriscadamente cirurgica de aires do arbitrio singular de qualquer dos Poderes da União, exigindo os freios e contrapesos de todos eles, a que se somam os cuidados e condições já referidos, uma vez que a dura providência temporariamente mutila a autonomia do Estado ou do Municipio. Se a Federação, portanto, a autonomia de suas unidades, é irreversível e intocável, irreformável pelo próprio Poder Constituinte (Art. 47, § 1º, da Constituição Federal), seria fatuoso e condenado à unanimidade se existia a agressão da União, sob o pretexto de pseudo intervenções. A Intervenção que desastrosamente vem de violar a autonomia do Estado do Acre foi despojada dos impostergáveis requisitos juridicos e de prudência. Sua intempestividade - surpreendeu e intranquilizou a Nação e os meios politicos, não tendo havido recurso às instâncias partidarias, inclusive a nacional, para que fossem conjurados esforços e contactos, a fim de que pela via normal da persuasão e do consenso fosse desfeito o desentendimento entre o Executivo e o Legislativo acreanos. O Movimento Democrático Brasileiro denuncia que quando a crise foi desbloqueada

para o nível federal por imprópria, precipitada/abbi-  
estória e impatriótica iniciativa do Governador Ge-  
raldo Mesquita, ela foi subtraída ao conhecimento e ges-  
tões conciliatórias do Partido e do Congresso Nacional,  
no qual os debates e advertências do Governo esgo-  
tassem as tentativas de restaurar a harmonia entre  
as partes desvirtuadas. Repete-se ser o Governador  
Geraldo Mesquita o principal responsável pelo triste  
e antidemocrático episódio, inconciliável com seu passa-  
do e triseínio como Senador e Deputado Federal, pe-  
la parcialidade com que abjura vies partidários  
e parlamentares a seu alcance, pelo esodamento com  
que patrocinou a desfiguração da autonomia da Ca-  
pital de seu Estado e de sua própria administra-  
ção, que terá de cumprir. É como o endere de  
uma intervenção ilimitada no tempo, incondi-  
cionada em seu exercício e inamovível por sua de-  
cisão. Fosse direta a eleição para Governadores e  
Prefeitos, o Brasil seria payado de semelhantes dis-  
tensões práticas, atestatórias de insensibilidade para  
preservação da própria autoridade. Por convocação  
de seu Presidente, a Comissão Executiva do Diretório  
Nacional do Movimento Democrático Brasileiro, reu-  
nida no dia 22 de abril; abriu longa e circuns-  
tanciada exposição feita pelo Deputado Alberto Faria,  
líder da Bancada de Oposição na Assembleia Legisla-  
tiva do Acre, com a presença e participação dos  
deputados federais representantes do mesmo Estado  
Ruy Lima, Presidente do Diretório Regional, e Nabor  
Junior com a ressalva de que o Movimento Democrá-  
tico Brasileiro assumia a responsabilidade por eventuais  
faltas, as quais, mesmo que praticadas, não justi-  
ficariam a reação desproporcional e inopinada,

em face do noticiado pela Imprensa, de vez que a  
decretação de Intervenção Federal pelo Ato Institui-  
cional n.º 5, foi desacompanhada de qualquer fun-  
damentação, cumpre esclarecer o seguinte: 1.º) A au-  
sência da revelação das razões motivadoras das duas  
recusas decorreu de serem secretas as sessões e vota-  
ções para essa finalidade, vedados os pronunci-  
mentos, imposição do Regimento da Assembleia Le-  
gislativa do Acre, elaborado quando a FRENTE era  
majoritária. 2.º) A lista triplíce, apregoada como  
vulneradora da independência dos poderes, foi mera  
sugestão do Presidente da Assembleia Legislativa do  
Acre, não transcendendo o âmbito pessoal de seu  
autor, não obstante seus títulos e méritos. Não  
apressou deliberação do Directorio Regional do MIB  
daquela Estado ou da respectiva Bancada, devida-  
mente formalizada em documento, para o efeito  
de responsabilidades em problema de tão graves e  
sérias implicações. 3.º) Quanto à ameaça de ace-  
falia na Capital Brasileira, pela demora de aprova-  
ção do titular de seu Executivo pela Assembleia Le-  
gislativa, também arguida como fator inspirador na  
Intervenção, impõe-se evidenciar que havia Prefeito, no  
regular exercício de suas atribuições, como a cir-  
cunstância alhás estranha, do mesmo haver por duas  
vezes se licenciado pelo prazo de 15 dias, valendo-se  
do interregno fixado pela Lei Orgânica dos Muni-  
cipios com o inocultável e censurável propósito de  
obstar sua substituição pelo Presidente da Câmara  
Municipal de Rio Branco, com o subsequente agra-  
vamento das relações entre os Poderes e Partidos  
naquela unidade federativa. Olinhal, surpreende  
e inquieto a opção pelo AI-5 para a edição de

providência excepcional e perturbadora do equilíbrio federativo, quando a Constituição Federal a disciplina resguardando-a com cláusulas preventivas contra sua aplicação imoderada, unilateral ou abusiva. A Direção Nacional do Movimento Democrático Brasileiro reitera perante a Nação e o Governo sua decisão de colaborar, com honra e independência, no único propósito de recuperação da democracia no País, unindo-se às autoridades para evitar desvios e interrupções perigosos e inúteis, a exemplo do ocorrido com a Intervenção Federal no Estado do Ceará. A reunião, a Comissão Executiva aprova voto de profundo pesar pelo falecimento do correligionário e líder do MDB Paschoal Ranieri Mazzilli - ex-deputado federal - Presidente da Câmara dos Deputados, durante sete anos e Presidente da República. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião. E, para constar, foi lavrada a presente ata que assinam o Presidente e o Secretário-Geral.

Alves

Ata da reunião da Comissão Executiva Nacional do Movimento Democrático Brasileiro, realizada em 23 de abril de 1975.

Nos vinte e três dias do mês de abril de mil novecentos e setenta e cinco, às dezessete horas, no Gabinete da Presidência do Partido, reuniu-se a Comissão Executiva Nacional do Movimento Democrático Brasileiro, presentes os senhores: Hlysses Guimarães - Presidente; Chalés Ramalho - Secretário - Geral, Vinícius Bassaneas, Ruy Carneiro, Franco Montoro, José Mandelli Filho, Ubirajara Dário, Haste Vieira, Anísio Theodoro, Aldeu Fagundes, Joel Ferreira, Bernardo Neves e João Menezes. Havendo número legal, o Senhor Presidente inicia a reunião, esclarecendo que recebeu do Presidente da Comissão Provisória do Estado do Rio de Janeiro, Senador Amaral Peixoto, ofício de 22 de abril do corrente ano, cujo teor é o seguinte: "Em aditamento a anterior ofício, cumprio o dever de indicar, para integrar a Comissão Executiva Regional Provisória do Estado do Rio de Janeiro, em substituição aos nobres correligionários que declinaram da honrosa designação dessa Comissão Executiva Nacional, os nomes do Deputado Estadual, Francisco Silbert Sobrinho, para membro efetivo, e dos Deputados Federais Walter Silva e Mac Dovel Leite de Castro e dos Deputados à Assembleia Constituinte, Geraldo Druayá e Luiz Carlos Soares, para suplentes. a. Senador Amaral Peixoto." O Senhor Presidente esclarece que a Comissão Provisória pondera que, estando incom-

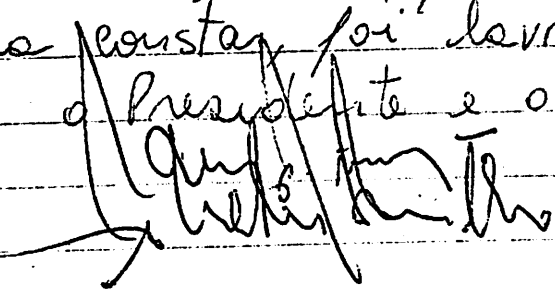
pleto o seu quadro torna-se difícil o quorum para as deliberações e sugerindo nomes de deputados estaduais, em maioria, pois sua presença seria mais fácil. Assinala que o preenchimento dessas vagas é imperativo de urgência. Colocado o assunto em debate, usou da palavra o Senhor Luis Theodoro, que se manifestou estranhando que a Comissão Executiva se reunisse para simples provimento de vagas, quando no Estado do Rio de Janeiro graves ocorrências se desenvolviam pela destituição de diretores zonais e municipais, acentuando as divergências existentes naquela unidade da federação. Disse que a Comissão Executiva Nacional deveria atuar junto a Comissão Provisória, no sentido de evitar profundas distensões. Falaram sobre a matéria o Deputado Joel Ferreira que achou o assunto melindroso e que a Direção Nacional não é responsável, pois sempre procurou solucionar casos concretos e que o preenchimento das vagas deve ser feito imediatamente. Se ficar patente a crise naquela Comissão Provisória a Direção Nacional estará pronta para dar a ajuda necessária, se houver recurso à mesma. O Senhor Presidente esclarece que pelo tempo que corre é fundamental e não conflitante o preenchimento das vagas. Quanto às crises, a Comissão Executiva Nacional já sabe, de longa data, e que sempre foi motivo de interesse da Direção Nacional solucionar conciliatoriamente o caso da Guanabara e agora do Estado do Rio de Janeiro. Compreende a preocupação do Senhor Luis Theodoro, porém a Direção sempre atuará para o apaziguamento, sendo este possível. Devemos, no entanto, respeitar as instâncias e a Direção Nacional só poderá se manifestar no momento devido.



se houver recurso apresentado à mesma. Sendo a matéria em votação foi a mesma aprovada, contra o voto do Senhor Luis Theodoro. Os nomes aprovados foram os dos senhores Francisco Silbert Sobrinho - membro efetivo, Walter Silva, Nic Dornel Leite de Castro, Geraldo Araujo e Luiz Carlos Soares - como suplentes para a Comissão Executiva Provisória do Estado do Rio de Janeiro. Como consequência, a Comissão Executiva Nacional comunicará à Justiça Eleitoral a seguinte composição da Comissão Executiva Provisória do Estado do Rio de Janeiro, doravante inclusive de suplentes anteriormente designados haverem assumido como membros efetivos:

- 1) Senador Amarel Peixoto - Presidente,
- 2) Senador Roberto Saturnino,
- 3) Senador Benjamin Farah,
- 4) Senador Nelson Carneiro,
- 5) Deputado José Benício Neto,
- 6) Deputado Peixoto Filho,
- 7) Deputado Jayme Louço,
- 8) Deputado Francisco Silbert Sobrinho,
- 9) Roldão MDB na Assembleia Constituinte do Rio de Janeiro - membros efetivos,
- 1) Deputado Walter Silva,
- 2) Deputado Nic Dornel Leite de Castro,
- 3) Deputado Geraldo Araujo e
- 4) Deputado Luiz Carlos Soares, como suplentes.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião. E para constar foi lavrada a presente Ata que assinam o Presidente e o Secretário Geral.

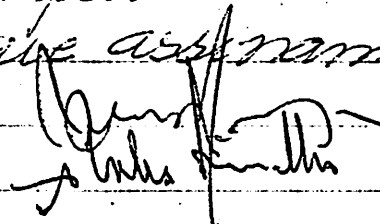


Ata da reunião da Comissão Executiva Nacional do Movimento Democrático Brasileiro realizada em 14 de maio de 1975.

Nos quatorze dias do mês de maio de mil novecentos e setenta e cinco, às dezesseis horas no Gabinete da Presidência do Partido, reuniu-se a Comissão Executiva Nacional do Movimento Democrático Brasileiro, presentes os seguintes membros: Senhores Ulysses Guimarães - Presidente, Danton Jobim, Vaerte Vieira, Ney Ferreira, Aldo Fagundes, José Mandelli Filho, Adalberto Camargo, Argilano Dario, João Menezes, Ario Theodoro, Franco Montoro, Joel Ferreira, Ruy Carneiro e Tomaredo Neves. Havendo número legal, o Senhor Presidente inicia a reunião, explicando os motivos da mesma que se prendem à convocação do Diretório Nacional, para apreciar o Recurso interposto pelos Diretórios Regionais números 1, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 16, 19, 20, 21, 24 e 25, contrário a ato da Comissão Executiva Provisória do Estado do Rio de Janeiro que dissolveu aqueles Diretórios, tendo o referido Recurso recebido pela Secretaria Geral em vinte e dois de abril último. O Senhor Presidente esclarece que, como o assunto é da alçada do Diretório Nacional, fez-se necessária sua convocação.

ção o mais rápido possível, ocasião em que  
submete a apreciação dos presentes o Exe-  
cutor convocatório para o dia vinte e três  
(23) do corrente, às dez horas da manhã,  
no Auditório Nereu Ramos, na Câmara dos  
Deputados. Colocado o tema em debate, u-  
bou da palavra o Senhor Orio Theodoro,  
que disse não estar de acordo com a dis-  
solução de oitenta e três Diretórios, propos-  
to à destituição da Comissão Executiva Pro-  
visória do Rio de Janeiro. O Senhor Danton  
Jobim, a seguir, entendeu que o Diretório  
nacional só deveria ser convocado após  
o registro da Comissão Provisória pelo Tri-  
bunal Regional Eleitoral. O Senhor Vaente  
Vienna, explicou que o registro daquela  
Comissão era apenas para efeito de averba-  
ção, uma vez que ela seria aprovada pela  
Comissão Executiva Nacional. Esclareceu  
que a imediata convocação do órgão ense-  
jaria a defesa, precisamente, dos direitos  
referidos pelo deputado Orio Theodoro. O  
Senhor Presidente submete o assunto a  
votação, sendo aprovada a respectiva con-  
vocação, contra os votos do deputado Orio  
Theodoro e Senador Danton Jobim. Posse-  
guindo, o Senhor Presidente dá conhecimento  
de duas propostas do deputado João Gilber-  
to; a primeira para que houvessem reu-  
niões da Bancada do Senado Federal e da  
Câmara dos Deputados juntamente com os  
membros da Comissão Executiva. O Senhor  
Joel Ferreira apresentou a sua impraticabi-

cidade, uma vez que criou sérias dificuldades, sendo sua sugestão seguida pelos demais membros. A segunda proposta apresentada pelo Senhor João Gilberto era a criação de Comissões nas Bancadas Federais e Estaduais, a fim de cuidar dos problemas referentes aos direitos humanos. O Senhor Aldo Taguinares ficou incumbido de levar ao conhecimento daquele parlamentar das dificuldades da sugestão face a estrutura federativa do Partido. Em seguida, a Comissão Executiva conheceu da indicação do deputado João Menezes para Relator do Recurso a ser apreciado na reunião do dia 23 do corrente. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião. E, para constar, foi lavrada a presente ata que assinam o Presidente e o Secretário-geral.

  
Aldo Taguinares

Ata da reunião Comissão Executiva Nacional do Movimento Democrático Brasileiro, realizada no dia 14 de agosto de 1975.

Dos quatorze dias do mês de agosto de mil novecentos e setenta e cinco, às dezessete horas, no Gabinete da Presidência do Partido, reuniu-se a Comissão Executiva Nacional do Movimento Democrático Brasileiro, presentes os Senhores: Ulysses Guimarães - Presidente, João Mendes, Argilano D'Ávila, Aldo Fagundes, Laerte Vieira, Luis Cheodoro, Franco Montoro, José Mandelli Filho, Joel Ferreira, Vinícius Lins de Albuquerque e Danton Jobim. Havendo número legal, o Senhor Presidente esclarece que o principal assunto se refere à VII Convenção Nacional, na qual a Direção Nacional do Partido deverá apresentar um documento para atualização do Programa e dos Estatutos. Acrescenta que, com as modificações sofridas na legislação eleitoral, torna-se necessário uma re-convulsão. Submete, na ocasião, os nomes dos Senhores Alceu Collares, Pacheco Chaves, Figueiredo Corrêa, Odacir Klein, Roberto Saturnino e Mauro Benevides e os líderes Franco Montoro e Laerte Vieira, para compor a Comissão que irá estudar a parte do Programa partidário. O Senador Franco Montoro alerta os presentes que essas reformas periódicas já constam do Estatuto, sendo assunto da competência do Diretório Nacional, visto que os princípios já estão definidos no Programa, sendo apenas mais adaptação do Plano de Ação. O Deputado Laerte Vieira faz referência aos artigos 68 do Estatuto e enfatiza que nada impede que o Diretório Nacional possa alterar

ções, mas que a competência é da Convenção Nacional, pois é assunto de ordem política. De seguir, o Senhor Presidente apresenta os nomes que deverão compor a Comissão dos Estatutos que são os seguintes: Deputado hidrovino Fayton, Sergio Murilo, Luis Theodoro, Joel Ferreira, Marcelo Gatto e os Senadores hajano Barbosa e Leite Chaves. O Senhor Presidente coloca em votação os nomes indicados para as respectivas Comissões, sendo os mesmos aprovados por unanimidade. O Senhor Presidente solicita ao líder no Senado, Senador Franco Monteiro, para verificar a disponibilidade do Plenário do Senado Federal para a instalação da Convenção. Por conseguinte, foram aprovados os pedidos de filiações de Luiz Antonio Madeira, título eleitoral nº 126599 do Distrito Federal; Evandro Maranhães, título nº 17648 de Minas Gerais, Haroldo Del Bosco de Araújo, título nº 065568 do Distrito Federal; e Juarez Pires de Silva, título nº 110606 do Distrito Federal. Foi autorizada ao Sr. Tesoureiro Luis Theodoro o pagamento da impressão, pelo Senado, da publicação "Reforma com Democracia, emendas à Constituição" oferecida ao debate nacional pelo Presidente Ulysses Guimarães. Não havendo mais assunto a tratar, foi encerrada a reunião. E, para constar, foi lavrada a presente ata que assinam o Presidente e o Secretário Geral.

Ulysses Guimarães  
Secretário Geral

Ata da reunião da Comissão Executiva Nacional do Movimento Democrático Brasileiro, realizada em 4 de setembro de 1975.

Nos quatro dias do mês de setembro de mil novecentos e setenta e cinco, às dez horas da manhã, na sala da Presidência do Partido, reuniu-se a Comissão Executiva Nacional do Movimento Democrático Brasileiro, presentes os seguintes membros: Senhores Ulysses Guimarães - Presidente, Danton Jobim, Joel Teixeira, José Mandelli, Ruy Carneiro, Aldo Fagundes, Laerte Vieira, Arão Theodoro, Thales Ramalho, Ney Ferreira, Franco Monteiro, Henrique Alves, Argilano Daria, Amábilino Faria e Adalberto Carrango. O Senhor Presidente faz um relato dos últimos acontecimentos, dizendo que assumiu a responsabilidade pessoal, como Presidente do Partido, que devia buscar um entendimento. Todos sabem dos seus esforços, juntamente com os líderes e o Secretário-Geral, para se chegar a um acordo. O propósito foi de obter um entendimento proporcionando a integração das diversas correntes na Comissão Executiva e no Diretório Nacional. Pelo acordo final, este se faria com a integração de cinco lugares na Comissão Executiva e trinta e um no Diretório Nacional. Afirmou que em todos os contatos, e nisso há o testemunho de muitas pessoas que



deles participaram, além do que decafarca  
a imprensa, que como Presidente do Par-  
tido não podia aceitar a institucionaliza-  
ção de grupos. É normal a existência  
de correntes que devem ser auscultadas,  
sem que isso comprometa a unidade do  
Partido. Por isso, no acordo em causa, para  
que fosse acordo, os nomes para os car-  
gos deviam ser previamente aceites, sem  
imposições ou formalização de indicação  
por grupos. Os nomes que fossem conzi-  
derados viáveis, deviam ser auscultados,  
para não comprometer o êxito do a-  
cordo. Recorda que em reunião decisiva  
em casa do deputado Thales Parralho, a  
que compareciam os líderes Franco Mon-  
toro e Jaente Vieira, bem como os deputa-  
dos Adhemar Santello, Ulscar Furtado,  
Francisco Pinto e Alceu Colares, este afir-  
mou que teria um documento que a Im-  
prensa noticiava como Protocolo. Como Pre-  
sidente, afirmou ser inadmissível Proto-  
colo em entendimentos dentro do Partido,  
o qual, de resto, não era prática parla-  
mentar até para ajuste com outros Parti-  
dos. O deputado Alceu Colares afirmou  
que o teria como documento, pela narra-  
tura dos elementos decorrentes da reunião  
de seu grupo. Como nele constasse, além  
de informes sobre a quantidade de lya-  
res e sua nomenclatura, bem como pro-  
posições de dinamização partidária, nota-  
damente pela criação do Instituto de Cien-



rias Políticas, referência nominal a grupos e a indicação por estes nomes, logo que foi terminada sua leitura declarou a inaceitabilidade dessas duas referências, pôs a indicação de nomes por grupos caracterizar o reconhecimento de partidos dentro do Partido. Os nomes resultaram de acordo das partes para que não houvesse vetos. Foi visto se tratava de acordo. Isso ocorreu até nas indicações de Relatores e Presidentes das Comissões no Congresso. Pessa ocasião, foi solicitada a indicação de suplentes, havendo o deputado Aécio Carvalhão afirmado que isso estava implícito, após contestação pelo Senador, Sr. Senador Franco Monteiro. Como Presidente, ressaltou a importância do Instituto, emalteando o trabalho desenvolvido pelo deputado Alceu Collares. A primeira parte do acordo, na noite do dia primeiro foi efetuada, pela indicação dos nomes para o Diretório Nacional em Chapa comum. Lamentavelmente, logo, no dia seguinte, a imprensa trazia a íntegra do chamado Protocolo, sem as restrições a ele oferecidas, detalhes das permissões havidas, debates em linguagem que não seria admitida se proferidos na tribuna do Congresso, além da indicação do nome do deputado Francisco Pinto para 2º Vice-Presidente. Os representantes dos demais companheiros do grupo disseram que o noticiário realmente lamentável, não devia comprometer o acordo. afirmou que

como Presidente, jamais em numerosas reuniões que se prolongavam até a madrugada, tinha sequer sugerido o nome do eminentemente homem público da Bahia. Como Presidente, em assunto tão importante, por razões óbvias, tornou contrariamente pelas normas e por deputados que a proposição o procuraram, alguns exaltados. Encarreguei a Comissão os esforços desenvolvidos para o acordo pelo deputado Francisco Pinto, bem como pelo senador Marcos Freire. Disse que fez esse relato também em reunião havida no apartamento do líder Laerte Vieira, estando presente o senador Franco Monteiro e os deputados Lyzaraeas Maciel, Jarkas Vasconcelos, Francisco Pinto e Luiz Henrique. Nessa reunião, o deputado Francisco Pinto afirmou que jamais pleiteara cargos, mas entendia que o Partido lhe devia uma reparação. De longo debate havido então, sendo a indicação do deputado Francisco Pinto considerada irrefutável pelos seus representantes, o Presidente do Partido e os líderes Franco Monteiro e Laerte Vieira asseveraram que não podiam decidir sem auscultarem deputados e senadores, o que seria feito no dia seguinte. Ficou acertado que a resposta seria dada, nesse dia, às quatro horas da tarde, ao deputado Olencar Furtado. E efetivamente, nessa hora, em seu gabinete, com a presença dos líderes Franco Monteiro e Laerte Vieira, comunicou aos deputados Olencar Furtado.

do e Jarbas Vasconcelos o resultado desfavorável das consultas, havendo o senador Francisco Monteiro insistido para a apresentação de chapas separadas. Foi-lhe dito que qualquer decisão a respeito seria comunicada. Afirmou o Presidente que sua situação, como Presidente do Partido e da Comissão Executiva sempre foi respeitada, nunca lhe tendo sido imputado pela Arena, nos vários acordos parlamentares, que o Partido faltara à palavra empenhada. Afirmou que seu nome estava à disposição do Partido para qualquer posto, pois seu objetivo é zelar pelo seu engrandecimento e unidade. O deputado Laerte Vieira assegurou ao Presidente que seu nome, pela repercussão nacional, era um patrimônio de seu fortalecimento. O Sr. Presidente colocou a matéria em debate. O senador Francisco Monteiro confirmou a exatidão do relato do senhor Presidente e disse que na noite do dia primeiro de setembro compareceram à residência do deputado Traus Ramalho os senhores Francisco Pinto, Alceu Calares, Jarbas Vasconcelos e Luiz Henrique que apresentaram a relação que lhes compoem, composta de dezesseis nomes do chamado grupo autêntico e quinze dos novos. Recordou a reunião no apartamento do deputado Laerte Vieira, na noite do dia dois com o comparecimento do senador Major Freire, dos deputados Francisco Pinto, Lysonias Maciel, Jarbas Vasconcelos, Luiz Hen-

rique, bem como do Presidente Ulysses Guil-  
marães do Poder Laerte Vieira e sua, como  
líder do Senado, e do deputado Trares Pa-  
malho. Nessa ocasião foi indicado o no-  
me do deputado Francisco Pinto para a 2ª  
Vice-Presidência. Aí afirmou que o no-  
ticiário dos jornais, trazendo referências  
sobre detalhes ocorridos nas reuniões bem  
como referências descuriosas à Direção Na-  
cional, a publicação na íntegra do cha-  
mado Protocolo e a indicação do nome do  
deputado Francisco Pinto comprometiam  
sua vontade o acordo, pelas reacções trazi-  
das por parte de deputados e senadores.  
O Presidente, o líder Laerte Vieira e ele  
próprio insistiram que sempre afirma-  
ram como fundamento do acordo que os  
nomes deviam surgir de entendimento pri-  
vado não podendo haver indicações isola-  
das e já do domínio público. No momento  
atual, a Chapa de Unidade não mais re-  
presentava a realidade, em face de eviden-  
te desentendimento, até com insinuações. Na  
recente Convenção Regional de São Paulo,  
o Tribunal Regional Eleitoral desse Esta-  
do, em Acórdão, fixou a interpretação de  
que até o momento da Comissão Execu-  
tiva examinar o registro das chapas, a-  
través de substituições, pode haver apari-  
ção de novas chapas, desde que haja  
concordância dos grupos. No caso presente,  
há manifesto, notório desentendimento,  
que frustrou o acordo, e a própria Conven-

ção reflectiva essa realidade indiscutível. Diante disso, calmamente se devia registrar essa verdade e democraticamente ensejar que através de duas chapas a Convenção decidisse. Assim é de parecer que a Comissão desse oportunidade para registrar duas Chapas, que já estavam elaboradas. O deputado Laerte Vieira disse que embora o Presidente tenha chamado a si toda a responsabilidade para a obtenção do acordo, esta devia ser partilhada pelos demais. Três vezes foram interrompidas as conversações em face de exigências inaceitáveis. Recordou que na noite da apresentação das Chapas, no apartamento do deputado Thales Ramalho, o deputado Lidovino Fanton disse que sua Chapa era considerada como apresentada caso o acordo não se efetivasse. Declarou que fora procurado por um grande número de deputados muito irritados pelas notícias e agressões verbais veiculadas pelos jornais, comprometendo o objectivo do acordo. Afirmou que da mesma maneira que o Presidente sempre solicitara nos entendimentos de que o acordo pressupunha a concordância prévia dos nomes, sem o que haveria imposição. A indicação do nome do senhor Francisco Pinto fora considerada irreductível pelos seus representantes, o que violava o acordo. Afirmou que na reunião em sua casa, a aceitação do nome do senhor Francisco Pinto fora considerada pelos representantes do outro grupo, co-

mo preliminar irrefragável, havendo necessidade para exame de nomes para outros cargos da Comissão Executiva. Entendia que não se pode, com lealdade, registrar uma chapa de acordo quando todo o País sabe que ele não mais existia, pois os jornais estavam repletos de injúrias. Continuou explicando que legalmente há três dias para o registro. O deputado Aldo Tagumdes afirmou que é favorável ao registro da Chapa, procurando só após o registro é que poderia haver substituições. O deputado Tirales Romalho declarou que a única Chapa que deu entrada na Secretaria-Geral é a denominada de Unidade e que era pelo seu registro, embora nunca tivesse sido tão injuriado. O senhor Presidente informou que realmente a única Chapa a ser apreciada era a encabeçada pelo seu nome e que a confusão existente, até na imprensa, decorria do fato das duas outras Chapas de disputa terem sido organizadas, mas não apresentadas, em face da Chapa desonrada do acordo. Encareceu que a matéria pela sua importância deva ser amplamente debatida, a fim de que a decisão da Comissão atendesse os interesses do Partido e da Lei. Que não haveria limite para os debates. Como Presidente, conduziria os debates e nelas não interviria para influenciar. Com a falaciosa do deputado Ario Theodoro relembra o profícuo trabalho desenvolvido pelo Presidente.



Juntamente com o senhor Secretário e membros do Diretorio no ultimo pleito eleitoral. Entende que pode haver inclusive a apresentação de novas chapas e que seria convenientemente nova reunião da Comissão Executiva à tarde para decisão final. Outra mais que se deveria prestar uma homenagem ao Presidente Ullysses Guimarães, retirando-se da Chapa todos os seus amigos, a fim de desagravar-lo dos ataques e injurias sofridos na reunião do grupo autêntico. O senhor Presidente esclarece que se encontram na Secretaria todos os documentos que instruíram a chapa e elogia a correção e os esforços do Secretário-geral. O deputado Laerte Vieira entende que a Comissão dispõe de todos os elementos necessários à decisão sobre o registro da Chapa, mas não se opõe que sejam os trabalhos suspensos para, posteriormente, com novos elementos que chegassem à Comissão Executiva, esta se habilitasse a analisar mais profundamente o problema, para adotar decisão definitiva. Propõe o deputado Joel Ferreira, face a existência de uma nota do grupo autêntico, que declara não ter tido oportunidade de concorrer na Convenção com Chapa própria, que se deveria fazer um expediente interpellando o referido grupo para que esclareça se está em condições e deseja registrar outra chapa. Do seu ponto de vista, a melhor solução ainda seria a de chapas concorrentes. O deputado Ciro Theodoro de-

clara que sempre foi contrário ao antigo P. Partido sempre se desune quando há fargos a preender e os interesses de grupos é que comandam o acordo. O senador Danton Jobim lembrando sua isenção no exame do pedido, pois a Secção do Rio de Janeiro foi marginalizada na Chapa, lembra que a Lei Orgânica no seu artigo 47, estabelece a exigência de registro de candidatos a requerimento escrito, dirigido à Comissão Executiva, até vinte dias antes da Convenção, com o mínimo de trinta assinaturas de convenccionais. O Senhor Secretário-geral lê as autorizações para o registro, demonstrando que nelas contém o próprio pedido e a autorização para inclusão do nome na Chapa. O Senhor Presidente acrescenta que houve, embora isoladamente, pedidos para registro da Chapa em número superior ao legal. Os senadores Franco Montoro e Danton Jobim e o deputado Joel Ferraria discordam, por entenderem ser insuficiente a autorização, devendo haver o requerimento a que se refere o artigo 47 da Lei Orgânica dos Partidos Políticos. O deputado Thales Ramalho esclarece que no consentimento do candidato já contém a autorização para o pedido de registro. O Senhor Presidente consulta os presentes sobre a proposta de suspensão da sessão, a fim de possibilitar o entendimento a ser mantido, pelos líderes no Senado e na Câmara, com os integrantes da chapa. Concorde, todos,



com a proposta, o Senhor Presidente suspen-  
deu a sessão, marcando o reinício dos tra-  
balhos para as dezoito horas. Reabertos os  
mesmos, às dezoito horas, prossegue a dis-  
cussão sobre o registro da chapa inicialmente.  
O Senador Franco Montoro revata os re-  
sultados do encontro que, com o deputado  
Jaete Vieira, manteve com o deputado A-  
lencar Furtado que lhes informou terem os  
seus companheiros deliberado manter os  
seus nomes na Chapa de Unidade, sendo  
pela manutenção dos mesmos. O Senador  
Franco Montoro declarou que em virtude  
de manifesto publicado nos jornais pelo  
grupo autêntico e o cuidadoso exame da  
legislação que rege a espécie, deve haver a  
apresentação de duas chapas para que os de-  
sentendimentos se tornaram públicos e  
notórios. O Senhor Presidente relembra  
que se está a proceder o exame e decisão  
sobre uma única chapa apresentada. A  
seguir, o deputado Jaete Vieira, por solici-  
tação do Senhor Secretário-Geral, passa a lu-  
tura de documentos que considera impor-  
tantes ao deslinde da matéria. Foram os  
mesmos encaminhados à Comissão Executi-  
va por diversos senhores deputados e têm  
a seguinte redação: "Exm. Sr. Presidente  
da Comissão Executiva do Pretório Nacio-  
nal do Movimento Democrático Brasileiro.  
Os infra-assinados, subscritores integrantes  
da chapa apresentada para as eleições de Di-  
retório Nacional e respectivos suplentes,

a se realizar na Convenção do dia 21 do corrente mês, vem, pelo presente, requerer a retirada de seus nomes da referida chapa, pelas razões seguintes: 1º) O objetivo da Unidade que presidiu a elaboração da referida chapa está indiscutivelmente prejudicado pelos acontecimentos que são do domínio público; 2º) O presente requerimento possibilitará que a Convenção Nacional democraticamente decida os destinos do Partido. Brasília, 4 de setembro de 1975.

a. Humberto Lucena, Renato Aguiar, Julio Viveiros, Henrique Alves, Cigarras Maria, J. Tamar Franco, Evellasio Vieira, Adalberto Sina, Emanoel Carneiro, Antonio Pontes, José Carrango, Oregitano Dario, Jorge Ferraz, Epitácio Cafeteria, Joel Ferreira, José Mandelli, Ney Ferreira, Severo Kulalio, José Carlos Teixeira, Ruy Aino, Brigido Tinoco, Figueiredo Correia, Leonidas Sampaio, Walter de Castro, Turival Nascimento, Paulo Marques, Jairo Brun, Joaquim Bevilacqua, Sizaro Barbosa, Petronio Figueiredo, José Borijácio Neto, Antonio Brasolin." 2. Brasília, 4 de setembro de 1975. Exmo Sr. Dep. Ulisses Guimarães. DO. Presidente do Diretório Nacional do MDB local. Precado companheiro: No desejo de contribuir para a reunificação de nosso partido, venho renunciar ao cargo que me foi designado na chapa única cujo registro foi requerido, com vistas à Convenção Nacional de 21 de setembro corrente. Deixo expressa, ao mesmo tem-

po, minha intenção de não participar de qual-  
quer chapa, em disputa de cargo no Dire-  
tório Nacional ou outro órgão partidário,  
na Convenção já referida. Rectero, nesta  
oportunidade, emerece votos de sucesso na  
condução de nosso partido, ao mesmo tempo  
em que reafirmo minha insuspeita adm-  
ração Saudações ao Emão - Deputado Tede-  
rial." 3) Brasília 03 de setembro de 1975. Pre-  
zado Deputado Thales Ramalho: Estou envi-  
ando-lhe cópia da carta que remeti ao Depu-  
tado Alencar Turtado. Como na referida car-  
ta menciono que levei o teor da mesma  
a seu conhecimento, faço-o para suas pro-  
vidências. Saudações. Deputado Emanuel  
Waissman. Brasília, 03 de setembro de 1975.  
Prezado colega, Deputado Alencar Turtado:  
Relembro a V. Exa. entendimentos verbais  
mantidos sobre as condições de meu ingresso  
na Chapa de Renovação do MDB, quando não  
reinvindiquei qualquer posição ou privilé-  
gio; e liquei minha adesão a meu traba-  
lho, unicamente na formação de uma nova  
ideologia no Partido e, o quanto possível,  
interpretando o MDB que o povo prodigia-  
mente consagrara e supragara, nas urnas,  
em novembro de 1974. Nesta ocasião, fui  
claro que no caso de qualquer acordo com  
a atual direcção, eu estaria liberto de qual-  
quer compromisso. Na quarta-feira próxi-  
ma passada participei de uma reunião  
em que nos foi trazida a proposta de  
coalizão das Chapas com a oferta de car-

gos na Executiva (5), cargos no Diretório (25 a 30) e a aceitação de um programa político-cultural para desenvolvimento do Partido. Dos presentes, a maioria de 34 contra 06, com 03 ausências, pronunciou-se favoravelmente a uma Chapa de Renovação, sem analisar quaisquer termos de acordo. Nesta ocasião, foi eleita uma Comissão de componentes do grupo para elaborar a Chapa, e que, domingo, entregaria à Secretaria do Partido a dita Chapa de Renovação, a fim de disputar o Diretório Nacional do Partido, interpretando a vontade da maioria dos componentes do grupo de Renovação. Foi, portanto, com desapontamento que constatei, no fim de semana, que um acordo tinha sido feito, nos termos já conhecidos, principalmente em termos de cargos. Por cortesia e necessidade de manutenção do diálogo entre os Deputados, não me apeguei em maiores considerações a não ser unicamente reafirmar os termos da minha posição desde o início, não aceitando o uso de meu nome em qualquer posição da Chapa do Acordo, moldada com critérios e motivos que não concordo. Como político e para clareza total dos amigos que me acompanharam e me prestigiaram, quando emprestei apoio à Chapa de Renovação, e para todos os efeitos de direito, comunicarei o teor desta carta ao Deputado Thales Romalho, Secretário da

Executiva do Diretório Nacional, e à Imprensa em geral. Saudações. Deputado Emmanoel Waisman." Esclareceu o Deputado Laerte Vieira que como a Comissão teve oportunidade de constatar pela leitura feita, renunciaram aos seus lugares na chapa o Senador Agenor Maria e o Deputado Henrique Alves, do Rio Grande do Norte; o Deputado Antonio Fontes, do Amapá; o Deputado Argitano Darío, do Espírito Santo; o Dr. Severo Eulálio, do Piauí e o Deputado Ruy Lino, do Estado do Acre. Todos inimicos representantes daquelas unidades da Federação. Por esta circunstância as mesmas deixavam de estar representadas na Chapa. Este fato vinha modificar a situação legal do pedido de registro pois a Chapa deixava de ser completa, tornando-se impossível o cumprimento da obrigação legal de existir no Diretório eleito pelo menos um representante de cada seção partidária Regional. Este argumento, no seu entender, por si só, impedia o registro solicitado. Intervindo no debate o Senador Deputado Aldo Fagundes declarou entender que a Comissão cumpria apenas o exame formal do pedido de registro da chapa que se fazia acompanhar das autorizações correspondentes e cumpridos estes requisitos não se tinha outra alternativa senão conceder o registro. Indagou, porém, se as renúncias eram recebidas na chapa registrada ou a registrar. Esclareceu o

Senhor Presidente que se estava existen-  
tamente decidido sobre o registro e, portanto,  
não existia, ainda, chapa registrada.  
O Senador Francisco Monteiro acrescenta aos  
argumentos anteriores a circunstância  
de não poder prevalecer uma chapa de  
unidade frente a reação de uma indivi-  
duável divisão. Como poderão os conven-  
cionistas pedir voto para uma chapa na  
qual encontram-se candidatos que se  
agredem, indagou. O Senador Danton To-  
sini diz que a chapa não poderá ser re-  
gistrada, pois tal procedimento contra-  
ria a letra expressa da Lei Orgânica dos  
Partidos Políticos. Respondendo a indaga-  
ção do Deputado Aldo Fagundes, diz o Depu-  
tado Jaerle Vieira que a Lei 5.682/71 pre-  
ve a substituição de candidatos a Direto-  
rios quando ocorre a impugnação e a dene-  
gação do registro de nomes, mas não é ex-  
plícita nos casos de renúncia. Esclarece,  
ainda, que os candidatos a suplentes só  
terão esta qualidade após a eleição feita  
Convenção, quando passam a ser suplen-  
tes do Diretório, mas nunca podem ser  
tidos como suplentes de candidatos para  
preencher as eventuais vagas. Argumen-  
ta, ainda, que a substituição de no-  
mes renunciantes, além de outras impos-  
sibilidades, decorria de serem em número  
tal que afetava irreversivelmente a  
chapa. Além do mais não refletia a ver-  
dade, a intenção inicial dos integrantes,

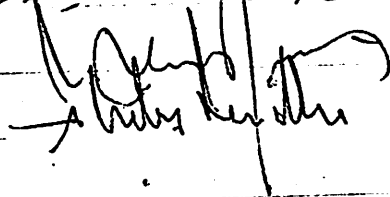


pois falava em unidade inexistente. O Depu-  
tado Joel Ferreira, acompanhando ponto de  
vista do Senador Franco Monteiro, entende  
que o registro não pode ser deferido. O Depu-  
tado Orio Theodoro contradiz a afirmação do  
Deputado Aldo Fagundes e entende que a  
Chapa apresentada está evitando a normal  
disputa democrática na Convenção Nacional.  
Adia que existe um subterfúgio da mino-  
ria que nunca disputa os lugares demo-  
craticamente, conseguindo-os por acordos  
que lhes oferecem situação superior a  
que tinham direito. Envisaram os represen-  
tantes do outro grupo envolver a Direção  
Nacional. O Senhor Presidente indaga dos  
presentes se estão todos suficientemente es-  
clarecidos e se entendem que a decisão po-  
de, de imediato, ser tomada, declarando  
que não quer influenciar a ninguém.  
O Deputado Jacinto Vieira adia que os as-  
pectos legais não permitem o deferimento  
do registro e declara-se pronto para exerci-  
tar o direito do voto. O Senador Danton fo-  
bim entende que a chapa, pelas falhas abon-  
tadas, na realidade inexistente, não pode  
o que registrar. O Senador Franco Monteiro  
afirma que a chapa não está mais den-  
damente formalizada, pois, está, (mais de-  
vidamente fo) digo, incompleta, não po-  
dendo subsistir. O demeritativo é regis-  
trar, se houver pedido, as duas chapas an-  
teriormente elaboradas. O Senhor Presi-  
dente submete a matéria à votação, sen-

do denegação o registro contra o voto do depu-  
tado Aldo Taguindes. Proclamada a deci-  
são, ficou ela assim redigida: "O Comissão  
Executiva do Diretório Nacional do Mo-  
vimento Democrático Brasileiro, reunida  
na sala da Presidência do Partido, para de-  
cidir sobre o registro da Chapa "Unidade",  
apresentada para concorrer à eleição para  
Convenção Nacional, para membros do Di-  
retório e respectivos suplentes, consideran-  
do, conforme documento anexado ao proces-  
so, que o Senhor Deputado Henrique Alves e  
Senador Agnir Maria, candidatos a Seção  
do Rio Grande do Norte ao referido Diretório;  
Senhor Deputado Antonio Pontes, candi-  
dato ao Território do Amapá; D. Severo Eu-  
lhalio, candidato ao Estado de Piauí; Depu-  
tado Arquilano Diniz, do Espírito Santo; Depu-  
tado Ruy Siro, do Estado do Acre, todos can-  
didatos únicos das respectivas localidades  
da Federação, além de outros candidatos,  
promoveam sua participação na referi-  
da chapa. Considerando que, a apresenta-  
ção de chapas deve ser completa (Artigo 67,  
'da Res. n.º 9252/72 do TSE); considerando  
que no Diretório Nacional deve haver, obri-  
gatoriamente, "pelo menos um membro elei-  
to de cada Seção Partidária Regional" (Art.  
55. §1.º da Lei n.º 5682/71). Considerando que  
esta exigência deixou de ser atendida fa-  
ce as renúncias havidas, resolve: deneg-  
ar o registro da chapa "Unidade", resul-  
tante do entendimento entre duas cha-



pois anteriormente organizadas, resolveu-  
do o direito de seus integrantes solicitar-  
mem, no prazo legalmente deferido a es-  
ta Comissão, o registro das referidas dra-  
pas, para, assim, permitir a realização  
da Convenção Nacional na data fixada  
em lei." Nada mais havendo a tratar,  
o Senhor Presidente declarou encerrada  
a reunião, às 22 horas, determinando  
fosse lavrada a presente ata, que para  
contar, vai assinada pelo Senhor Presi-  
dente e por mim, Secretário-Geral.

  
Secretário-Geral

Ata da reunião da Comissão Executiva Nacional do Movimento Democrático Brasileiro, realizada em 12 de setembro de 1975.

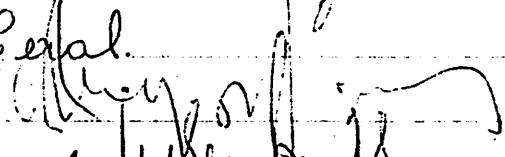
Nos doze dias do mês de setembro de mil novecentos e setenta e cinco às quatorze horas, na sala da Presidência do Partido, reuniu-se a Comissão Executiva Nacional do Movimento Democrático Brasileiro presentes os seguintes membros: Senhores Wlysses Guimarães - Presidente, Thales Ramalho, Ligita no, Dario, Baete Vilela, Danton Jobim, Aldo Fagundes, Luis Theodoro, José Mandelli, Ney Ferreira, Joel Ferreira, Henrique Alves, Vinicius Lansonção, Amadorino Faria e Franco Montoro. O Senhor Presidente, abrindo os trabalhos, pede desculpas pelo adiamento da reunião, que se deveu ao prolongamento dos castatos para uma solução favorável. Declara que foram desenvolvidos esforços no sentido de que a Convenção Nacional pudesse se realizar na data aprazada, a fim de que o Partido possa constituir o Diretório Nacional. Passando, a seguir, a palavra ao Senador Franco Montoro, um dos coordenadores da Convenção juntamente com o Deputado Baete Vilela, que informam foram retomados os entendimentos que possibilitaram a composição da Chapa Unidade, exceto a não participação na Comissão Executiva e a diminuição de lugares no Diretório Nacional. O Senhor Presidente confirma declaração do Senador Franco Montoro quanto a retomada dos entendimentos que levaram à composição da Chapa Unidade, registrada em tempo hábil, efetuadas as partes pelo mesmo referidas. O Deputado Ney Ferreira indaga se a Comissão Executiva está vinculada ao acordo, o que foi respondido contrariamente está vinculada, digo

nelo Presidente e pelos Coordenadores da Convenção. O Sr. Senhor Presidente esclarece que a Convenção Nacional tratará da reformulação dos Estatutos, ficando o Programa Partidário para uma outra Convenção. A seguir o Sr. Presidente submete a apreciação e votação dos presentes o registro da Chapa Unidade, o qual foi aprovado por unanimidade, estando a referida Chapa assim constituída: "Chapa Unidade - Para membros efetivos do Diretório Nacional: 1. Deputado Hlysses Guimarães, 2. Deputado Adhemar Santillo, 3. Senador Agenor Maria, 4. Deputado Antton Soares, 5. Deputado Alceu Collares, 6. Deputado Aldo Fagundes, 7. Deputado Alvaro Dias, 8. Deputado Antonio Carlos, 9. Deputado Antonio José, 10. Deputado Antonio Pontes, 11. Deputado Anis Theodoro, 12. Deputado Argilano Dario, 13. Senador Benjamin Farah, 14. Deputado Brígido Tinoco, 15. Deputado Camilo Nogueira da Gama, 16. Senador Danton Jobim, 17. Deputado Epitácio Cafeteria, 18. Senador Evandro Carneiro, 19. Senador Evêlasis Vieira, 20. Deputado Fernando Collor, 21. Deputado Fernando Cunha, 22. Deputado Fernando Lyra, 23. Deputado Francisco Amaral, 24. Deputado Francisco Libardoni, 25. D<sup>r</sup>. Francisco Pinto, 26. D<sup>r</sup>. Freitas Dimiz, 27. Deputado Freitas Nobre, 28. Senador Gilvan Rocha, 29. Deputado Guaciri Piteri, 30. Deputado Henrique Alves, 31. Deputado Humberto Luena, 32. Senador Itamar Franco, 33. Deputado Jader Barbalho, 34. Deputado Jairo Brun, 35. Deputado Jairo Vasconcelos, 36. Deputado Jerônimo Santana, 37. Vereador João Evangelista, 38. Deputado João Menezes, 39. Deputado Joaquim Benilacena, 40. Deputado Joel Ferreira, 41. Deputado Jorge Hegued, 42. Deputado José Costa, 43. Deputado Juarez Bernardes, 44. Senador Nazaro Barbosa, 45. Senador Nete Chaves, 46. Deputado Néliz Henrique, 47. Deputado Nysaneas Marciel,

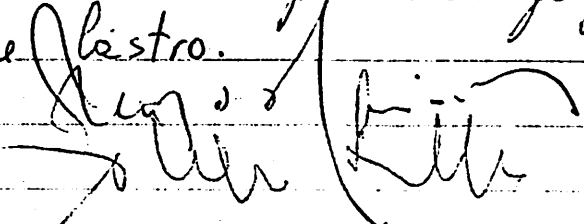
48. Deputado Mae Dowel hento de Castro, 49. Deputado Mar-  
condes Gadelha, 50. Deputado Mauro Frotz, 51. Deputado Man-  
rico Friet, 52. Senador Mauro Benevides, 53. Deputado  
Mey Ferreira, 54. Sr. Octavio Caruso da Roda, 55. Senador  
Paulo Brossard, 56. Deputado Paulo Marques, 57. Deputado  
Pedro Faria, 58. Deputado Pass de Andrade, 59. Deputado  
Peixoto Filho, 60. Senador Roberto Saturnino, 61. Senador  
Ruy Carmeiro, 62. Deputado Ruy Lima, 63. Sr. Siro  
Eulálio, 64. Deputado Silvio Abreu Junior, 65. Deputado  
Benedo Neves, 66. Deputado Luis Delgado, 67. Deputado  
Chales Ramalho, 68. Deputado Vinicius Linsangue, 69.  
Deputado Walber Guimarães, 70. líder no Senado Federal,  
71. líder na Câmara dos Deputados. Para Suplentes: 1. Depu-  
tado Leônidas Sampaio, 2. Deputado Efiguenedo Lancia, 3.  
Deputado José Carlos Teixeira, 4. Deputado Antonio Basso-  
lin, 5. Deputado Júlio Viveiros, 6. Deputado Ottoni Mes-  
sias, 7. Deputado Padre Nobre, 8. Deputado Aleni Pimenta,  
9. Deputado José Bonifácio Neto, 10. Senador Dirceu Cardoso,  
11. Deputado Walter Silva, 12. Senador Nelson Carneiro, 13.  
Deputado Marcelo Gato, 14. Deputado Pedro Paulo, 15.  
Deputado Getúlio Dias, 16. Deputado Sérgio Munko, 17.  
Deputado Ernesto de Mares, 18. Deputado Dias Mendes,  
19. Deputado Otávio Licata, 20. Deputado Pacheco Cravo, 21.  
Professor Lito Costa. Prossequindo, o Senhor Presidente passa  
ao segundo item da pauta que versa sobre a composição  
das Comissões Provisórias para o Estado do Espírito Santo e  
o Território do Amapá. Esclarece que, apesar dos esforços  
desenvolvidos pelo Presidente do Diretório Regional do Espi-  
rito Santo, Deputado Argilano Dario, a Convenção na  
aquele Estado não se realizou, sendo necessária a designa-  
ção de uma Comissão Provisória para efetuar Con-  
venção Extraordinária. Na ocasião submete os nomes  
dos Senhores: Deputado Argilano Dario - Presidente, Depu-

tado Estadual Aldo Alves Prudêncio, Deputado Estadual Luiz Batista, Sr. Dilton Hiryo Netto, Deputado Estadual Helio Carlos Maranhães, Deputado Estadual Max Freitas Mauro, Sr. Ferdinand Barreto de Menezes e Suplentes: Sr. Gen. Humberto P. Vasconcelos, Deputado Estadual Myder Barbosa de Menezes, Dr. Antonio Carlos Vaz Fidalgo, Vereador Adilson Cassimiro de Matos, Nelson Alves de Aguiar, Dr. José Cupertino Leite de Almeida e Sizenando Pechincha Filho, para comporem a citada Comissão Provisória, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, esclarece que, também, no Territorio do Amapá, embora tenha sido realizada a Convenção, esta fora invalidada pelo Tribunal Regional do Pará (Jurisdição do Territorio do Amapá, embora tenha sido realizada a Convenção, este digo, sendo necessaria a constituição de Comissão Provisória para coordenar nova Convenção, sendo indicados para esse fim os nomes dos Senhores: Deputado Antonio Lordeiro Pontes - Presidente, Benedito da Costa Uchoa, Raimundo Ozevedo Costa, Vanildo Lordeiro Pontes, Francisco Aurelio Lima Maranhense, José de Matos Costa e Natanael Guedes de Oliveira - que depois de submetidos a votos foram aprovados por unanimidade. O Senhor Presidente informa que foi procurado pelo Senhor Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados que lhe fez um apelo no sentido de que a Secretaria do Partido fosse deslocada para o Anexo III, em razão de que serão realizados serviços no local onde ela funciona presentemente. Esclarece que a Secretaria da Arena, em situação idêntica, já havia atendido o apelo e, agora, trazia a apreciação da Comissão Executiva e ao Senhor Anísio Theodoro, Secretário, esclarecendo, o assunto, não sendo feitas objeções. O Deputado Aldo Fagundes, acompanhado dos Deputados José Man-

delli, dirigiram Dario cumprimentam o Presidente e os coordenadores pelo desfecho favorável a que possibilitou o Partido de realizar a Convenção. O Senhor Presidente agradece a presença de todos, enfatizando que foi uma tomada difícil, mas uma tomada democrática em busca de forças reais. É verdade, esclarece, que surgem problemas, mas nos momentos difíceis estamos sempre unidos. Foi um esforço de todos, principalmente dos líderes e do Secretário-Geral. Com esses entevistos, acentuou, demonstramos que somos um partido democrático. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião. E, para constar, foi lavada a presente ata que assinam o Presidente e o Secretário-Geral.

  
Dario

Em tempo: na folha 104, 19ª linha foram omitidos os números 13. Deputado Jorge Moura, 14. Deputado Walter de Castro.

  
Dario

Ata da reunião da Comissão Executiva Nacional do Movimento Democrático Brasileiro, realizada em 10 de outubro de 1975.

Clos dez dias do mês de outubro de mil novecentos e setenta e cinco, às quinze horas, reuniu-se na Sala da Presidência do Partido a Comissão Executiva Nacional do Movimento Democrático Brasileiro, presentes os seguintes membros: Deputados Ulysses Guimarães - Presidente, Jacete Vieira, Juarez Bernardes, Fernando Collor, Thales Ramalho. Senadores Franco Montoro, Mauro Berneide e Lázaro Barbosa. Havendo primeiro lido, e Sr. Presidente colocou à apreciação dos presentes a seguinte nota, que submetida a deliberação foi aprovada por unanimidade: "Nota do Diretório Nacional do Movimento Democrático Brasileiro em 10.10.75. O governo, que tudo pode, que tem em suas mãos poderes e recursos até que tiveram os governos mais fortes da nossa história, dirigi-se à Nação, através de seu Chefe, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República, para expor a grave situação econômica em que se encontra o País e anunciar as medidas que lhe parecerem adequadas à hora presente. A Oposição sente-se no dever de vir também a público expor sua visão dos fatos e sua opinião sobre os meios de superá-los. Os citados do mercado financeiro mundial preannunciavam a depressão econômica já no fim da década de sessenta. A crise da libra e a



crise do franco foram os primeiros sintomas. Já em 1971, a crise do dólar não podia deixar mais dúvidas de que algo de grave no mundo financeiro estava por acontecer. No ano seguinte, os países produtores de petróleo iniciaram seus aumentos e, em 1973, especularam os preços ditados pela OPEP. A um Governo presidente e responsável não era difícil perceber que os tempos exigiam a deflagração de grandes projetos na linha de substituição de importações. As oportunidades a explorar eram excelentes, desde as vocações naturais localizadas na indústria siderúrgica, na fabricação de papel e celulose e na produção de fertilizantes, até as perspectivas menos fáceis, mas potencialmente muito mais ricas, relativas à indústria de máquinas e equipamentos pesados, cujo mercado interno crescia em ritmo bastante acentuado. As oportunidades eram excelentes e a mobilização de recursos não teria sido difícil, se que a economia nacional crescia a taxas substancialmente elevadas, a custo de grandes sacrifícios para o povo e grandes, sócio-econômicos, benefícios para os ricos. Era a hora própria de lançar esses grandes projetos que hoje nos teriam livrado da absurda importação de mais de um bilhão de dólares de aço e de mais de quatro bilhões de dólares de máquinas e equipamentos no corrente ano. Mas nos meios fazendários zombava-se da previsão e do planejamento, alucinados de

mitologia irresistível. O pragmatismo imediatista era a palavra de ordem. Substituição de importações era considerada heresia. "O sucesso era 'exportar'". E os grandes projetos tornam-se festos de todo. Espelha-se por investidor na indústria automobilística e na construção de estradas e pontes faraônicas, enriquecendo o pequeno grupo de privilegiados, enriquecidos sob a proteção dos chamados mentirosos à poupança, entregava-se a um consumo módo de luxo jamais visto e a atitudes especulativas nunca tão febricitantes. A Crítica não denunciava com urgência e seu protesto se perdia no abafamento da censura. Tudo o que vinha à luz eram as maravilhas do "milagre brasileiro". No que concerne ao petróleo, a prioridade da prospecção em território nacional era relegada a segundo plano, com os recursos da Petrópolis desviados para outras atividades e para pesquisas em outros países. Nova falsa vitória do pragmatismo imediato. Mas não era só o imediato que marcava a política econômica oficial. O engodo era outro componente de relevo, e a sustentação da mitologia do 12% de inflação em 1973, contra toda a evidência dos fatos reais deixava a população estupefata e indefesa. Foi em 1974, a situação econômica nacional se agravava com evidência cada vez mais gritante. A Crítica apontava o crescimento alarmante do insoportável endividamento externo, mas os funcionários do Governo respondiam ao senso co-

omum com a pretensa superioridade científica,  
das deficientes de verificabilidade, que de novo  
travam a tranquilidade de um quadro sob ab-  
soluto controle. Passado tanto tempo, perdidas  
tantas oportunidades, acumulados tantos anos,  
a gravidade dos problemas finalmente veio  
à tona com uma nitidez indelével. E,  
então, tudo passou a ser justificado pela  
crise internacional, pelo aumento do preço  
do petróleo. O descontentamento nacional  
cristalizou-se na vitória eleitoral da Exe-  
cução há quase um ano. Estimulado pelo ca-  
mpo de liberdade da campanha, pelo avanta-  
mento democrático dos procedimentos e pela re-  
laxamento da censura à imprensa, o MDB  
dispôs-se a contribuir para o desarmonia-  
mento dos espíritos, dedicando-se à crítica cons-  
trutiva, discutindo o presente e o futuro e  
operando ao livre debate sugestões completas  
para as principais questões no campo polí-  
tico, econômico e social. Há muito que o  
Congresso Nacional não era palco de tão sé-  
rios e promissores debates como os que se  
vêm travando nas suas duas Casas duran-  
te os últimos meses. No tema específico  
da energia e do petróleo, o MDB defendeu  
medidas de contenção do consumo de gaso-  
lina, como instrumento de emergência ca-  
paz de estacionar por um ou dois anos o  
nível do gasto interno deste combustível,  
até a chegada dos primeiros reforços vindos  
da produção de álcool e dos campos de pe-  
tróleo recém descobertos pela Petrobrás. O

contrário do que foi dito, trata-se de medida em maior complexidade, adotada em grande número de outros países com resultados bastante significativos, que são os efeitos cruciais sobre o custo de vida, que certamente resultarão de elevados aumentos de 25% decididos pelo Governo. Ainda nesse mesmo campo, o MDB propugnou pelo imediato lançamento de um programa de produção de álcool anidro em larga escala, que constitui a mais rica de opções dentre todas as alternativas, seja pelo custo mais baixo deste combustível em relação à gasolina, seja pelo volume de empregos que pode oferecer e pelas consequências dinamizadoras que terá sobre a economia e o mercado interno, seja pelas extraordinárias possibilidades que oferece ao desenvolvimento do Nordeste, seja, ainda, pelas perspectivas que abre à criação de uma tecnologia verdadeiramente brasileira que poderia levar, a longo prazo, até a substituição quase completa da gasolina. Quando o País recebe a notícia da decisão referente a esse programa com a vaga esperança de que o dinamismo de sua implementação seja, pelo menos em parte, compensar o inexplícito atraso de um ano no seu lançamento. As restrições à importação de bens superfluos sempre foram pedidas pelo MDB, assim como a diminuição dos gastos em viagens de turismo externo, que não foram feitas pelas últimas medidas governamentais. Quanto à compressão das importações,

o M.D.B não compreende as razões pelas quais a mesma medida não foi aplicada às empresas multinacionais, sabendo que é o peso que têm essas companhias na composição do "deficit" da nossa balança comercial com o exterior. E, ainda no plano das importações, considera o M.D.B que o item que muito mais do que o petróleo, tende a estrangular o nosso equilíbrio de pagamentos e obstaculizar nosso desenvolvimento, é o que se refere a máquinas e equipamentos que têm a ele vinculada a grande barreira a vencer por parte de todos os Países que aspiram a romper o subdesenvolvimento, que é o problema de tecnologia. E, no particular, nesse importante campo, preciso é reconhecer a timidez da ação governamental, a falta de medidas realmente eficazes, o atraso de iniciativas que há alguns anos já deveriam ter sido tomadas. Do lado das exportações, o M.D.B, embora sentindo o exagero do acúmulo de incentivos fiscais e financeiros, que representam altíssimo custo para a Nação, reconhece a sua necessidade ante a realidade a que chegamos, mas lamenta também a inibição do Governo no que se refere à criação de uma grande empresa "trading" nacional, capaz de ampliar nossos mercados, com maior agressividade e melhores informações. E, entretanto, no tocante à questão dos contratos de risco que o espanto e a estranheza se abateram sobre a Operação, como de praxe

sobre toda a Nação, com o anúncio da decisão governamental que fere o princípio nacional do monopólio estatal. Estranheza ante a demonstração de desaprovação pelos líderes do próprio Partido Oficial no Congresso, que até a véspera, juntos com a oposição, combatiam a medida e afirmavam que o governo não cogitava de sua adoção. Estranheza ante a rapidez com que a decisão foi tomada, em círculo tão restrito que não contou nem mesmo com a participação daqueles líderes tão leais, sendo essa decisão tão importante e repleta de consequências políticas, na medida em que atinge a empresa que constitui o símbolo da soberania nacional no campo econômico mais caro ao povo brasileiro e mais denso de significado histórico. Estranheza ainda maior pela evidência da desnecessidade da alteração imposta à Petrobrás, passalada na própria exposição do Sr. Presidente da República, quando se entende que a curto prazo os contratos de curto são irrevocáveis e a médio e longo prazos a exploração dos novos campos já detectados, a produção e a mistura de álcool amido, a exploração do xisto betuminoso, a intensificação do uso de outras formas de energia e os efeitos da substituição de importações de equipamentos, trigo e matérias primas diversas, bem como o desenvolvimento dos transportes coletivos, terão reduzido a gravidade do problema do petróleo a dimensões muitas vezes menores do que as atuais; mesmo que novos cam

Após não ventarem a ser desobtidos no País, até pelo menos a década dos oitenta. Cotejados os fatos e os argumentos, balta aos olhos a evidência de que, na origem da decisão governamental, há outras razões não declaradas. A recente visita do Ministro da Fazenda aos Estados Unidos e a alegação por ele feita na reunião do Ministério, da importância dos contratos de risco para a manutenção da credibilidade do Brasil no Exterior; a inesperada vinda do embaixador Roberto Campos poucos dias antes; a rapidez injustificável e todo o clima de pressão e desinformação que cercou a mudança de rumo de Petrópolis, deixam entrever todo o fogo de forças que atuou no episódio. A estranheza e a perplexidade, que decorrem do episódio, o MDB não pode deixar de manifestar, colocando contra os contratos de risco o seu repúdio frontal, com uma veemência que com toda a certeza é hoje de todo o povo brasileiro. Não obstante tudo isso, apesar dessa nova debilidade, que se vem somar à do recuo em relação à distensão política, que prometia a normalização institucional do País, o MDB prossegue, sem desalento, na defesa dos seus ideais democráticos e dos princípios contidos no seu Programa, entre os quais se destaca a intocabilidade do monopólio estatal do petróleo, sem perder o ânimo nem a disposição de contribuir para a solução dos problemas graves que a todos nós afligem, e a todos interessa ultrapassar, com serenidade.



dade e sem objeções de dividendos de natureza político-partidária". Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião. E, para constar, foi lavrada a presente ata que assinam o Presidente e o Secretário-Geral.

Antonio de  
Lima

Ata da reunião da Comissão Executiva Nacional do Movimento Democrático Brasileiro, realizada no dia 16 de outubro de 1975.

Aos dezesseis dias do mês de outubro de mil novecentos e setenta e cinco, às dez horas da manhã, na sala da Presidência do Partido, reuniu-se a Comissão Executiva Nacional do Movimento Democrático Brasileiro, presentes os senhores: Ulysses Guimarães - Presidente, Laerte Vieira, Gradu Piteri, Sizarco Barbosa, Gilvan Rocha, Fernando Coelho, Mauro Benardes, Thales Ramalho, Walber Guimarães, Joel Ferreira, Franco Martoro, Peixoto Filho, Henrique Alves, Roberto Saturnino, Tancredo Neves, Antônio Pontes. Havendo número legal, o Senhor Presidente abre os trabalhos e esclarece que a reunião se destina a composição dos Órgãos do Partido. O primeiro: O Instituto de Estudos Políticos que ficou denominado Instituto de Estudos Políticos Pedroso Horta composto de um Conselho Deliberativo com 15 membros e cinco suplentes e uma Diretoria Executiva com 7 membros e 3 suplentes, ficando o Presidente do Partido como seu Presidente nato. O Senhor Presidente esclarece que o Estatuto não discriminou os cargos do Conselho Deliberativo, ficando assim essa designação a cargo do próprio Conselho. Submete a seguir os nomes que deverão compor o Conselho Deliberativo e a Diretoria Executiva que são os seguintes: Diretoria Executiva - Deputa-

do Alceu Collares - Presidente, Senador Itamar Franco - Vice-Presidente, Deputado Sérgio Murilo - Primeiro Secretário, Deputado Walter Silva - Segundo Secretário, Deputado Celso Barros - Tesoureiro, e os líderes da Câmara dos Deputados - Deputado Faerte Vieira e no Senado Federal - Senador Franco Montoro. Suplentes - Deputados Moreira Franco, Walter de Castro e Jerônimo Santana. Conselho Deliberativo - Deputado Ulysses Guimarães - Presidente, Senador Marcos Freire, Senador Orestes Quércia, Senador Evrelasio Vieira, Senador Leite Chaves, Deputado Genival Tourinho, Deputado Magnus Guimarães, Deputado José Carlos Teixeira, Deputado Ney Ferreira, Deputado Juarez Batista, Deputado Octavio Almeida, Deputado Jorge Moura, Deputado Rubem Medina, Deputado Humberto Lucena e Dr. Freitas Diniz. Suplentes: Deputados Alvario Santos, José Mandelli, Carlos Santos, Arnaldo Lafayette, Adalberto Camargo. Colocados os nomes em votação foram aprovados por unanimidade. Em seguida passa-se a indicação dos nomes para os Conselhos de Ética e Fiscal que foram aprovados por unanimidade, sendo os seguintes: Conselho de Ética: Senador Ruy Carneiro - Presidente, Senador Evandro Carneira, Deputado Gelúlio Dias, Deputado Argilano Dario, Deputado Manoel Gato, Deputado Nelson Maculan e Deputado João Memeres. Suplentes - Deputado Ruy Siro, Deputado Carlos Cotta, Dr. Severo Eulálio. Conselho Fiscal: Senador A.

dalberto Sena - Presidente, Deputado Murivald'nas-  
ciorrento, Deputado Antonio Bresolin. Suplentes -  
Deputado Alcir Pimenta, Deputado Theodoro Men-  
des e Senador Nelson Carneiro. Trêssegundo, o Se-  
nhor Presidente esclarece que tão logo o Estatuto  
Partidário for registrado pelo Tribunal Superi-  
or Eleitoral deverá ser efetuada a sua im-  
pressão e tiragem, adriando conveniente que  
esse serviço seja feito através da Gráfica do  
Senado Federal, por ser mais em conta, o que  
foi aprovado por todos. Foi aprovado o nome  
do Doutor Alfredo José Campos Melo para Advo-  
gado do Partido, tendo em vista que o antigo  
Advogado Dr. Marcus Heubi Neto colocou o con-  
go a disposição. Foi igualmente aprovado que  
o Dr. José Martins Rodrigues por sua grande  
capacidade como jurista eminenté seja ouvi-  
do sobre assuntos importantes no TSE, com a  
colaboração dos Deputados José Camargo e Tito  
Costa. O Senhor Presidente fala da nota da  
Direção Nacional sobre contratos de risco, que  
após os alardes feitos pela Arena, o País in-  
terno tem solicitado esse documento, razão por-  
que seria conveniente mandar imprimi-la.  
O Senador Franco Monteiro alerta sobre inter-  
pretações tendenciosas da referida nota. Escla-  
rece que a nota é um documento de base  
e devemos caminhar para a elaboração de  
um estudo sobre outros temas nacionais, fa-  
cendo, inclusive, esse trabalho ficar a cargo  
do Instituto de Estudos Políticos Pedroso Horta.  
O Deputado Luerte Vieira adre que a nota  
deu o nosso posicionamento político e dentão

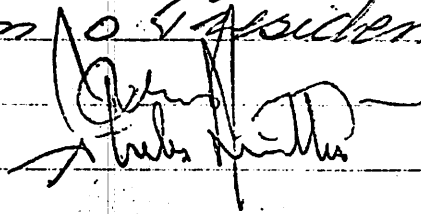
do sistema actual não se deve estimular estu-  
dantes, pois com isso poderia tomar outras  
características. Devemos nos limitar aos deba-  
tes dentro do Partido e do Congresso, pois a No-  
ta representa a unidade partidária. O Sena-  
dor Lázaro Barbosa leva ao conhecimento da  
unidade, digo, Comissão Prefeito apresentada  
pelo Senador Stamar Franco sobre contratos  
de risco. Gata ainda que tem sido procura-  
do pela imprensa para saber se o Partido vai  
ingressar na Justiça contra o ato do Presiden-  
te da República, esclarecendo que sempre tem  
respondido contrariamente. O Senador Gil-  
van Rocha assegura que o ambiente da Pe-  
trópolis em seu Estado é de desolação após  
a assinatura dos contratos de risco. Houve  
grande desgaste do Governo. Agora que volta  
a discussão da Nota é querer entrar no fo-  
go da Arena. A Nota é um episódio exer-  
rado. Concorda com o Senador Trauco Monteiro  
para se fazer um estudo de urgência, sendo  
o monopólio estatal a pedra de toque, mas  
esse estudo deve ser feito silenciosamente.  
O Deputado Fernando Coelho está de pleno a-  
cordo com as declarações e cautelas do Senador  
Gilvan Rocha, mas acha da maior importân-  
cia que a Comissão Executiva recomende aos  
Diretórios Regionais e Assembleias Legislativas  
para que seja lida a nota, o que foi informa-  
do pelo Deputado Thales Ramalho fazer sido  
pronunciado. O Deputado Joel Ferreira acha  
que a Nota carece de uma tradução, de-  
vendo ser feita uma espécie de cartilha pa-

na distribuição em todo o País. O Deputado  
Guacu Titeri fala sobre as prisões em São  
Paulo, que já somam mais de 35 prisões  
e que apesar das denúncias não está are-  
fecendo. O Senador Lazaro Barbosa denuncia  
prisões também no Estado de Goiás, não ten-  
do notícias de violências físicas, conforme  
ele assegurou o Presidente da Ordem dos  
Advogados naquele Estado. O Deputado Ter-  
nando Coelho dá conhecimento de um do-  
cumento dirigido ao Diretório Regional de  
Pernambuco pelas prisões da Penitenciária  
de Itamaracá, solicitando que seja feito  
um pronunciamento na Câmara dos Depu-  
tados. O Senador Mauro Emerendes, atual  
Tesoureiro do Partido, faz um relato da situa-  
ção da Tesouraria onde manifestou sua pre-  
ocupação quanto o caso do prédio onde fun-  
ciona o Diretório Regional do Rio de Janei-  
ro, que tem uma dívida de cinquenta mil  
crus reais referentes a reparos nos elevado-  
res daquele prédio e sobre a retenção da  
3ª quota do Fundo Partidário aos Diretórios  
Regionais do Espírito Santo e Território de  
Foz de Iguaçu que não prestaram contas da ul-  
tima quota enviada. O Senhor Presidente  
solicita que o Tesoureiro entrasse em en-  
tendimentos com o Senador Arnaldo Pei-  
xoto, uma vez que o assunto é de urgên-  
cia, propondo que a citada despesa seja  
paga com os recursos do Fundo Partidário  
e verificasse ainda a viabilidade da venda  
daquele imóvel. O Senhor Tesoureiro falou

arrida das Salas no Edifício Central em Brasília pertencentes ao Partido, onde duas dessas salas estão alugadas e os alugueiros ou inquilinos não efetuam os pagamentos desde outubro do ano passado. Esclarece que, quanto à prestação de contas dos Diretores Regionais faltosos, colocou à disposição os serviços da Contadora do Partido, Sr<sup>a</sup> Conceição de Maria Ney Leão. Sobre as várias contas devolvidas pelo Tribunal de Contas da União, por não estarem formalmente elaboradas, já estão sendo diligenciadas tais impasses. Informa ainda que as novas instalações da Tesouraria serão no 6º andar do Anexo I da Câmara dos Deputados, devendo a mudança se efetuar até o final da semana. Foi proposta do Deputado Vaerte Vieira, foi aprovado um voto de congratulação à 31ª Assembleia Ordinária da Sociedade Interamericana da Imprensa, realizada em São Paulo, nos dias 19, 20, e 21 de outubro. Foi também aprovada vinte por cento (20%) do Fundo Partidário para os encargos do Instituto de Estudos Políticos Pedroso Horta. A Comissão Executiva deferiu os pedidos de filiações de: Maria Ongela Noronha, Super-título Eleitoral 5844 de Minas Gerais; Osvaldo Vaz Morgado - Título Eleitoral nº 01493 do Distrito Federal; Paulo Cesar Castanheira Coelho - Título Eleitoral nº - 212.716.B do Rio Grande do Sul; Carlos Augusto Setti, Título Eleitoral nº 17.02.02 do Distrito Federal; Edgard Tavares, Título



Eleitoral nº 40.391 de Goiás; Manoel de Ma-  
vaes Lima, Título Eleitoral nº 223.002 do  
Distrito Federal; Pedro Trota Aguiar, Título  
Eleitoral nº 25.388 do Rio de Janeiro; José  
Miguel Felipe, Título Eleitoral nº 143.903  
do Rio de Janeiro; José Moreira Ramos, Título  
Eleitoral nº 86.635 do Rio de Janeiro; Mel-  
bon Moreira Simões, Título Eleitoral nº -  
127.328 do Rio de Janeiro; Francisco Carlos  
de Oliveira Sobrinho, Título Eleitoral nº 3863  
do Rio Grande do Norte; Paulo da Silva Car-  
doso, Título Eleitoral nº 161.159 do Rio de  
Janeiro; Helena Maria Rabelo de Matos Sil-  
va, Título Eleitoral nº 53.818 do Rio de Janei-  
ro; Fanny Unafre Rodrigues, Título Eleito-  
ral nº 230.48 do Rio de Janeiro; e Djenir  
Cavalcanti de Arruda, Título Eleitoral  
nº 266, da Paraíba. Nada mais havendo  
a tratar, foi encerrada a reunião. E, pa-  
ra constar, foi lavrada a presente Ata  
que assinam o Presidente e o Secretário  
Geral.

  
Atalaia

Ata da Reunião da Comissão Execu-  
tiva Nacional do Movimento Democrá-  
tico Brasileiro, realizada em 6 de novem-  
bro de 1975.

Nos seis dias de mês de novembro ou-  
mil novecentos e setenta e cinco, às con-  
ze horas da manhã, no Gabinete da Pre-  
sidência do Partido, reuniu-se a Comissão  
Executiva Nacional do Movimento Democ-  
rático Brasileiro, presentes os seguintes  
membros: Senhores Ulysses Guimarães - Pre-  
sidente, Fernando Cocuro, Mauro Bionunes,  
Lázaro Barbosa, Antônio Fontes, Trilés Re-  
gnato, Peixoto Filho, Laerte Vieira e Robe-  
rto Saturnino. O Senhor Presidente, invocando  
número legal, declarou abertos os trabalhos,  
esclarecendo que o Objeto da reunião é o  
de tratar do assunto referente à Comissão  
Provisória do Estado do Rio de Janeiro. Infor-  
mou a Comissão Executiva, que tendo sido  
emitida a eleição do Diretorio Regional do  
Estado do Rio de Janeiro era indispensável  
que uma Comissão Provisória, nos termos da  
Lei, representasse os interesses do Partido na  
quele Estado, principalmente para a convoca-  
ção de uma Convenção Extraordinária, para  
a eleição do Diretorio Regional daquela uni-  
dade da Federação. Debatida a matéria, por  
unanimidade, foi confirmada a Comissão  
Provisória, constituída dos seguintes con-  
dicionados: Senador Amador Peixoto - Presi-  
dente, Senador Roberto Saturnino, Senador

Benjamin Farah, Senador Wilson Carneiro, Deputado José Benício Neto, Deputado Félix de Toledo, Deputado Estadual Jayme Campos, Deputado Estadual Francisco Silbert Sobrinho é o líder da Assembleia Constituinte, estes como membros efetivos. Suplentes: Deputado Walter Silva, Deputado Mac Dowell, Leite de Castro, Deputado Estadual Geraldo Araújo e Deputado Estadual Luiz Carlos Soares. A Comissão Executiva também, por unanimidade, decidiu que no prazo legal de noventa (90) dias e com a devida urgência a Comissão Provisória deverá convocar a Convenção Extraordinária. O Senhor Presidente comunicou a notícia auspiciosa da realização da Convenção Extraordinária de Anapá no último dia vinte e seis de outubro. O Tesoureiro do Partido, Senador Mauro Benerides, expôs o problema referente à prestação de contas dos Diretores Municipais e Regionais junto ao Tribunal de Contas da União, ficando decidido que, nos termos da lei, as atribuições dos Diretores Regionais e do Nacional, na matéria, é no sentido de atuar para a regular contabilização dos gastos, sendo contudo dada a competência do Tribunal de Contas da União quanto ao mérito do assunto. Ainda decorrente da exposição do Senador Mauro Benerides, a Comissão Executiva por unanimidade, decidiu que o Partido apoiar a proposta legislativa, no sentido de que cada remessa de numerário que deva ser feita aos Diretores Regionais para os Diretores Municipais o limite será de um

(1) Soldado missionário Regional. Abaixo desse limite as quantias se destinam ao respectivo Diretório Regional. Ficou, inclusive, decidido que o Presidente do Partido entrará em contato com a Arena para acertarem junto ao Tribunal de Contas da União um entendimento comum sobre o importante problema. O líder Deputado Jaerê Vieira significou a importância de ser aprovado projeto de lei no Senado Federal que reduza para um (1) ano o prazo de carência para transferência partidária. A Comissão Executiva credenciou o Senador Roberto Setúbal no prazo que junto à liderança da Arena obtiverse a confirmação do compromisso partidário existente, do qual resultou a aprovação unânime do Projeto na Câmara dos Deputados. O Senhor Presidente encarece a necessidade de dinamizar, com a presença de figuras nacionais a arregimentação dos companheiros para as eleições de 1976, inclusive porque assim será criado um compromisso da consciência nacional, com o cumprimento do Calendário Eleitoral. Pessoalmente, enfatiza o Senhor Presidente não ter se poupado as viagens longínquas para os Estados e Municípios, que prosseguirão, também, no recesso parlamentar, com visitas já marcadas para a cidade de São Bernardo do Campo, aos Estados do Rio Grande do Sul, Amazonas, Acre, Goiás, Sergipe, Pernambuco e ao Território do Amapá. Decidiu a Comissão Executiva de que seria levado ao

conhecimento do Tribunal Superior Eleitoral para comunicação ao Tribunal Regional Eleitoral da confirmação da Comissão Provisória do Estado do Rio de Janeiro. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião. E, para constar, foi lavrada a presente ata que assinam o Presidente e o Secretário-geral.

J. A. M. S.  
J. A. M. S.